

Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano



Ata da 2ª Oficina Participativa Regional do Plano Diretor promovida pela Prefeitura de Campinas para promover a mobilização e capacitação da população, bem como o compartilhamento de informações sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, ocorrida no dia 30/04/2015 na EMEI João Alves dos Santos, Bairro Boa Vista, com início às 19h30 hs. A arquiteta Érica M. Pacheco, Coordenadora do Plano Diretor, iniciou a Oficina explicando que esta tem por objetivo promover a mobilização e capacitação da população, bem como o compartilhamento de informações sobre o Estatuto da Cidade e o Plano Diretor, no intuito de iniciar o processo de discussão da revisão do Plano Diretor Municipal por parte do governo e da sociedade conjuntamente. Explicitou também o objetivo e a dinâmica do dito evento. Esclareceu que na primeira etapa seria projetado vídeo cedido pelo Instituto Polis, sobre o Estatuto da Cidade. Acrescentou que, na sequência, seria realizada a apresentação dos principais fundamentos do Plano Diretor e, ao final, a população deveria indicar questões consideradas importantes para o Plano, que afetam a coletividade. Por fim, ressaltou a todos que as demandas individuais não deveriam ser apresentadas nesta Oficina, mas sim em reuniões específicas para esse fim. O Sr. Arlindo Dutra, Coordenador do Orçamento Participativo, explicou que a responsabilidade do Novo Plano Diretor Estratégico Municipal é da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano e que o Orçamento Participativo vem contribuindo na distribuição e divulgação dos convites das referidas Oficinas à população. Reforçou também que, como já vem ocorrendo, as questões individuais devem ser tratadas nos fóruns regionais. O Fernando Vaz Pupo, Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano esclareceu que o trabalho de elaboração do Novo Plano Diretor é coordenado pela Secretaria de Planejamento e conta com a participação das demais secretarias e órgãos municipais. Informou ainda que o Estatuto da Cidade estabelece que os Planos Diretores Municipais sejam revistos a cada 10 anos. Informou também que o Plano Diretor atual foi aprovado em dezembro/2006, tendo portanto que ser revisto até dezembro/2016. Entretanto a meta da Secretaria de Planejamento é de que o trabalho seja concluído até dezembro/2015. Também informou o calendário das próximas Oficinas, que deverão ocorrer nos dias 07, 14 e 21 de maio em outras regiões da cidade, e das outras formas de participação através de internet e celular. Na sequência, a arquiteta Érica anunciou as seguintes presenças: vereador José Carlos; Guilherme Vilela, representando o vereador Jorge da farmácia; Helena Raquel, representando o vereador Tico Costa; João Felipe do Nascimento, representando o vereador Gustavo Petta; Gustavo Suza, representando o vereador Thiago Ferrari; Marcos Vinícius, representando o vereador pastor Elias. Deu-se início então a projeção de vídeo cedido pelo Instituto Polis, que trata do Estatuto da Cidade e, posteriormente, foi realizada a apresentação dos principais fundamentos do Plano Diretor e dos temas que deveriam ser abordados no trabalho de revisão pela arquiteta Érica. Na sequência, a população se manifestou em relação a diversas questões consideradas importantes a serem tratadas no Plano Diretor. Sr. Márcio, morador do Jardim Rosália, pontuou quanto aos acessos e lombadas mal sinalizados e quanto a existência de problemas nas bocas de lobo e asfalto. Sr. Maurício Soares, residente no Jardim Rosália, abordou em sua fala a destinação de vazios em áreas urbanas à moradia de baixa renda, a destinação de áreas para moradias próximas as indústrias e a negociação de áreas ocupadas pela Prefeitura com os respectivos proprietários, estudo dos impacto de empreendimentos a serem implantados na cidade. Sr. Valmir, morador do Padre Anchieta mencionou que os equipamentos públicos do conjunto habitacional do Padre Anchieta foram projetados para atender a demanda das moradias do empreendimento, mas hoje acaba por atender a demanda de bairros e de municípios vizinhos, o que acarreta no atendimento precário das unidades de saúde (falta de medicamentos básicos e demora para atendimento médico), no grande número de imóveis pichados na área central, na situação do esporte na cidade, que regrediu em relação ao passado (falta de programas de atividades esportivas para a terceira idade nas pracas) e na desigualdade social a ser enfrentada através do Plano Diretor. Sra. Zilda solicitou informação sobre a existência de projeto de



Prefeitura Municipal de Campinas

Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Urbano



pavimentação e saneamento no Village Guará. Sr. Anderson pontuou quanto ao trânsito intenso para chegar até sua empresa, situada próximo a Rodovia. Sr. Almir falou que para atendimento adequado da população é necessária a construção de um posto de saúde, colocação de equipamentos de esporte para a terceira idade nas pracas e equacionamento das áreas de risco das áreas próximas a Fepasa. Sr. Luiz Gonzaga falou que para o atendimento da região é necessária construção de um posto de saúde e a promoção da regularização fundiária de moradias. Sr. Eduardo narrou sobre os equipamentos de saúde e educação insuficientes e se levar em conta o fato da região fazer divisa com duas outras cidades (Hortolândia e Sumaré). Sr. Luis Carlos, morador do Parque Maria Helena, solicitou informação se o bairro Maria Helena é industrial e a definição dos equipamentos previstos nos T.A.C.s conjuntamente com os moradores. Sr. Adailton mencionou a definição das contrapartidas exigidas para instalação de grandes empreendimentos em conjunto com a população. Sr. Cido falou da consulta à população na implantação de grandes empreendimentos, principalmente face aos impactos no trânsito, aplicação do imposto progressivo no tempo, que embora previsto no PD de 2006 não foi aplicado até o momento, previsão de utilização de prédios ociosos e espaços vazios urbanos, indicação de ZEIS na região. Sr. Waldecir Francisco expôs quanto a transferência da população moradora de áreas de risco na mesma região em que residem as famílias a serem deslocadas, ao acesso ao programa minha casa minha vida, através de sorteio, não leva em conta a necessidade dos moradores permanecerem próximos as suas casas e a falta de previsão para realização dessas transferências prejudica os moradores, visto que ficam impedidos de realizar melhorias nas suas casas. Sra. Clarice, residente na Rua O. Lunardi, narrou sobre a realização de regularização das ocupações, as áreas da região que necessitam de maior cuidado, pois estão com muito mato e sobre as rachaduras de casas provocadas pela construção realizada pela empresa Gevisa. Sra. Maria Elisa, moradora do Rosália 1, explicitou que a limpeza e o transporte da região ocorre até o Padre Anchieta, não chegando até outras regiões e também abordou quanto a existência de mato muito alto próximo a empresa Adere. Sra. Cleo, Coordenadora do Conselho da Mulher, expôs quanto a implantação de ciclovia no entorno do centro cultural e no distrito de Nova Aparecida, ao levantamento das áreas ambientais e de elaboração de projetos de arborização, mencionando, ao final, que a cidade é cortada por rodovias, sendo importante a implantação de transporte ferroviário, através de VLT. O Vereador José Carlos falou que a definição de contrapartidas não é definida pela Câmara de Vereadores, mas sim pela Prefeitura. Encerradas as inscrições para os presentes apresentarem suas considerações, o Sr. Secretário de Planejamento ressaltou a importância do processo participativo, agradecendo a presença de todos. Informou que as opiniões expressadas na oficina serão levadas em conta pela equipe da Prefeitura na construção do Plano Diretor e que outras sugestões podem ser encaminhadas pela população através da internet, conforme havia sido explicitado no início da reunião. Na sequência, realizou alguns comentários em relação as questões levantadas na reunião. Informou sobre a previsão de implantação de hospital metropolitano para atender as demandas regionais. Considerou que os problemas levantados em relação a educação e saúde são assuntos importantes a serem tratados no PD, bem como a questão da mobilidade da macrozona 9, devido ao fato da área ser atingida por diversas rodovias. Considerou também que as ocupações se formaram ao longo do tempo em decorrência de ausência de política habitacional, com o fim do BNH. Acrescentou ainda que é importante que o Plano Diretor seja autoaplicável, sem que haja necessidade de futuras regulamentações, que incorpore o instrumento EIV, o que possibilitará que a população seja ouvida na implantação de grandes empreendimentos, que promova a regularização fundiária das áreas ocupadas que não apresentem situação de risco, que defina áreas para transferências de famílias próximas a moradia, que integre as políticas setoriais e que, por fim, preveja praças para propiciar a prática de esporte. Após todas as colocações, o Sr. Secretário Municipal de Planejamento agradeceu a participação da população e, não havendo nada mais a ser tratado, encerrou a reunião, tendo eu, Maria Aparecida Castellani lavrado a presente ata.